

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

ILIE ARNOUD DA SILVA

PROMOÇÃO DA LÍNGUA COMO INSTRUMENTO DE SOFT POWER

PORTO ALEGRE

2015

ILIE ARNOUD DA SILVA

PROMOÇÃO DA LÍNGUA COMO INSTRUMENTO DE SOFT POWER

**Trabalho de Conclusão de Curso de
Relações Internacionais da Faculdade
de Ciências Econômicas da UFRGS
como quesito parcial para a obtenção
do título de bacharel em Relações
Internacionais.**

**Orientador: Prof. Dr. Henrique
Carlos de Oliveira de Castro**

Porto Alegre

2015

ILIE ARNOUD DA SILVA

PROMOÇÃO DA LÍNGUA COMO INSTRUMENTO DE SOFT POWER

**Trabalho de Conclusão de Curso de
Relações Internacionais da Faculdade
de Ciências Econômicas da UFRGS
como quesito parcial para a obtenção
do título de bacharel de Relações
Internacionais.**

Aprovado em: Porto Alegre, 01 de julho de 2015.

Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro – orientador
UFRGS

Prof. Dr. Rodrigo Stumpf Gonzalez
UFRGS

Prof. Dr.^a Sônia Maria Ranincheski
UFRGS

Aos meus queridos pais.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, José e Rhéa, que se desdoblaram em esforços e sempre incentivaram os meus estudos, toda a minha gratidão. De meu pai carrego o carinho pelas línguas, de minha mãe trago as melhores lembranças de carinho.

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e aos professores do curso de Relações Internacionais que me acolheram e contribuíram para o meu crescimento pessoal. Espero algum dia, de alguma forma, poder devolver a esta casa uma parte do que ela me deu.

Um agradecimento especial para o meu professor orientador, de quem o estímulo e a atenção foram essenciais para este trabalho.

Aos meus irmãos, Brisa e Djan, aos poucos mas verdadeiros amigos e a minha doce Júlia: obrigado pelos muitos momentos de alegria.

Ter uma segunda língua é possuir uma segunda alma.

(Carlos Magno)

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo examinar os programas de difusão internacional da língua à luz dos conceitos de relações internacionais. Para tanto, traçamos uma comparação entre a diplomacia pública e a diplomacia cultural e no decorrer do trabalho analisamos como a sociolinguística entende a política linguística externa, interagindo com *soft power* na acepção de Joseph Nye. Vemos também qual o papel desempenhado pelas iniciativas do Estado brasileiro na promoção da língua portuguesa.

Palavras-chave: promoção internacional da língua; *soft power*; diplomacia cultural; política linguística externa.

ABSTRACT

This paper aims to investigate the programmes of international promotion of languages by using concepts of international relations. In order to achieve this goal we draw a comparison between public and cultural diplomacy and we analyse how sociolinguistics formulates the idea of foreign linguistic policy, interacting with Joseph Nye's *soft power*. Finally, we analyze the role of the Brazilian state in promoting Brazilian Portuguese abroad.

Key-words: international language promotion; *soft power*; cultural diplomacy; foreign linguistic policy.

:

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1. Imagem do Site da Rede Brasil Cultural do Itamaraty.....31
- Figura 2. Organograma da Divisão de Promoção da Língua Portuguesa.....32

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Distribuição dos Centros Culturais Brasileiros e Núcleos de Estudos Brasileiros por continente.....	33
Tabela 2. Distribuição dos leitorados brasileiros por continentes.....	34

SUMÁRIO

1 DIPLOMACIA CULTURAL: CONCEITOS E AMBIGUIDADES.....	11
3 DIPLOMACIA CULTURAL E A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA LÍNGUA.....	21
3.1 POLÍTICA E PLANIFICAÇÃO LINGUÍSTICA.....	22
3.2 POLÍTICA LINGUÍSTICA EXTERIOR.....	25
4 O RETRATO ATUAL DA PROMOÇÃO INTERNACIONAL DO PORTUGUÊS BRASILEIRO.....	30
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: POLÍTICA LINGUÍSTICA EXTERNA E SOFT POWER.....	35
5.1 LIMITAÇÕES DO ESTUDO.....	37
7 REFERÊNCIAS.....	40

1. DIPLOMACIA CULTURAL: CONCEITOS E AMBIGUIDADES

Para que possamos analisar a instrumentalização da língua para fins de diplomacia cultural, é necessário explicitar o arcabouço conceitual sobre o qual se ergue este trabalho. Este capítulo pretende averiguar o que se entende por diplomacia cultural e quais são os elementos que caracterizam a sua prática, quais são os atores da diplomacia cultural e, por fim, trazer à luz o debate em torno da dificuldade da conceitualização do tema e a distinção de diplomacia cultural de outros campos da diplomacia e das relações internacionais com visões e abordagens adjacentes.

O propósito de discorrer sobre esse marco conceitual, explicitando as diferentes visões contraditórias nos variados subtópicos dessa questão, jaz fundamentalmente na necessidade de se apresentar o debate em que as políticas de promoção de línguas estão inseridas e qual a relevância dessas políticas na construção da imagem de dado país e a sua percepção em face dos públicos externos. Com isso, desejamos analisar no decorrer deste trabalho como essa imagem exportada e essas impressões digeridas pela audiência-alvo – na forma de cultura, mídia, língua etc. – podem vir a beneficiar a política externa de certo país e como são utilizadas pelos governos no sentido de fazer avançar a sua agenda e os seus interesses.

É notória a falta de estudos explorando as potencialidades da diplomacia cultural. Embora ela seja desempenhada pelos governos de muitos países por meio de altos investimentos e apesar de apresentar importantes áreas em comum com vários temas das relações internacionais e das ciências sociais (história da Guerra Fria, identidade nacional, etc.), a diplomacia cultural tem sido tradicionalmente relegada ao papel de uma ferramenta menor da diplomacia. Essa escassez de estudos a respeito do tema pode derivar da complexidade inerente de se problematizar diplomacia cultural, uma vez que a bibliografia especializada exhibe variações significativas na definição própria de diplomacia cultural, a terminologia é utilizada com grande flexibilidade e os seus autores não apresentam um consenso quanto às suas práticas, sua relação com a política externa, seus objetivos e resultados. Alguns autores ainda a interpretam como sinônimo de diplomacia pública ou de relações culturais exteriores.

Em um relatório de 2005 do Departamento de Estado dos Estados Unidos¹, o Comitê Consultivo para Diplomacia Cultural presta o seguinte delineamento:

[...] o papel da diplomacia cultural é plantar sementes – ideias e ideais; estratégias e dispositivos estéticos; argumentos filosóficos e políticos; percepções espirituais; maneiras de se olhar para o mundo – que podem florescer em terreno estrangeiro. A diplomacia cultural revela a alma de uma nação [...] (tradução nossa).²

Sem mergulhar na imensidão do debate antropológico acerca das múltiplas definições de cultura, que não é o objetivo deste trabalho, buscamos compreender o que os atores de diplomacia cultural entendem estar promovendo ao se engajarem na atividade de diplomacia cultural. Isto é, o que os objetivos e práticas da diplomacia cultural nos permitem inferir sobre a delimitação conceitual de cultura, tal como visto pelos teóricos e pelos que exercem a diplomacia cultural.

Edgar Telles Ribeiro expõe em *Diplomacia Cultural: Seu Papel na Política Externa Brasileira* de 1989 – obra pivotal da literatura nacional acerca do tema e que ainda hoje segue influenciando as resoluções de tomadores de decisão à nível governamental e diplomático – que a atividade abrange um amplo e variado espectro de ações e processos de difusão do país no exterior. A promoção da arte e dos artistas tende a tomar um ponto central sempre que se fala em diplomacia cultural, mas o tema não se reduz unicamente às manifestações artísticas. Também projetos de cooperação técnica e intelectual, intercâmbio de pessoas, integração de agendas e o “ensino da língua, como veículo de valores” fazem parte – entre outros – do corpo da diplomacia cultural. Esses temas e aspectos em que se concentra a diplomacia cultural são variáveis segundo as realidades de cada país, refletindo suas respectivas prioridades e a disponibilidade de recursos de cada qual (RIBEIRO, 1989).

Ribeiro também faz o exercício de delinear conceitualmente diplomacia cultural por meio da comparação com termos que frequentemente se confundem com o tema e que embarçam o debate internacional. Ele chama a atenção para a diferenciação entre a diplomacia cultural e as relações internacionais culturais. Para

¹ United States Advisory Committee on Cultural Diplomacy. *Cultural Diplomacy. The Linchpin of Public Diplomacy. Report of the Advisory Committee on Cultural Diplomacy.*

² No original: [...] *the role of cultural diplomacy is to plant seeds—ideas and ideals; aesthetic strategies and devices; philosophical and political arguments; spiritual perceptions; ways of looking at the world—which may flourish in foreign soils. Cultural diplomacy reveals the soul of a nation [...].*

ele, as relações culturais internacionais tratam, em princípio, da promoção do entendimento entre os povos e da aproximação das suas instituições “em proveito mútuo” e sobre um maior recorte de tempo. O objetivo primário das relações culturais internacionais seria justamente fomentar o diálogo entre nações, permitir o confronto de seus símbolos, ideias e valores e criar laços duradouros de amizade e respeito (RIBEIRO, 1989).

A diplomacia cultural, entretanto, seria fundamentada sobre propósitos muito mais diretos e imediatos, em um recorte de tempo muito mais curto e com finalidade mais claramente definida. Para Ribeiro, a diplomacia cultural pode ser encarada como um instrumento da diplomacia como um todo, a ser explorado com o intuito de atingir benefícios e avançar a agenda doméstica junto à comunidade internacional. De acordo com as suas próprias palavras, a diplomacia cultural é “[...] a utilização específica da relação cultural para a consecução de objetivos nacionais de natureza não somente cultural, mas também política, comercial ou econômica” (Idem, pág.33).

Para Mônica Lessa:

[...] o uso desses diferentes aspectos da cultura pelo Estado são, grosso modo, o que se denomina de diplomacia cultural. Este último termo, portanto, se refere à utilização das questões e/ou fatores culturais para o alcance de objetivos relativos à política externa pressupondo o alcance de metas estabelecidas por determinado projeto de desenvolvimento nacional e/ou projeção internacional. (Lessa, 2012).

O neozelandês Simon Mark, em sua obra de 2008 *A Comparative Study of the Cultural Diplomacy of Canada, New Zealand and India* realiza um amplo estudo mostrando as dificuldades e divergências envolvendo a conceitualização de diplomacia cultural e o seu intrincamento com outros termos de natureza similar. Para ele, “[...] diplomacia cultural é o emprego da cultura de um estado em apoio à sua política externa ou diplomacia, e a prática inclui a negociação e promulgação de acordos culturais”³ (tradução nossa) (MARK, 2008).

As visões de Simon Mark e de Mônica Lessa também incluem, portanto, a percepção de que a diplomacia cultural se utiliza do elemento cultural com a finalidade última de conquistar determinados objetivos no plano diplomático e das

³ Tradução livre do autor. No original: [...] *cultural diplomacy is the deployment of a state's culture in support of its foreign policy goals or diplomacy, and the practice includes the negotiation and promulgation of cultural agreements.*

relações exteriores. Esse posicionamento se coaduna com a interpretação expressa pelo Parlamento Britânico por meio do seu Comitê de Relações Exteriores. Para o Comitê, a diplomacia cultural não deve ser levada a cabo pelo seu ministério de relações exteriores (*Foreign Office*) como um fim em si mesmo, mas apenas e tão-somente como um instrumento do qual se lança mão com o intuito de auxiliar e contribuir com as outras atividades diplomáticas. (RIBEIRO, 1989)

Outra problemática do debate em torno de diplomacia cultural que nos parece relevante considerar gira em torno da frequente utilização do termo como sinônimo de diplomacia pública. Originalmente utilizado pelo acadêmico da *Tufts University* Edmund Gullion por ocasião da fundação do *Edward R. Murrow Center of Public Diplomacy* em 1965, a aplicação da diplomacia pública recebeu o acolhimento do governo norte-americano durante a Guerra Fria, como um aparato propagandístico empregado contra a ideologia comunista. O conceito de diplomacia pública surge para descrever os meios pelos quais pessoas, grupos privados e governos influenciam as atitudes e opiniões de outras pessoas e governos de modo a influenciar as suas decisões de política externa.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial e com o surgimento de uma ordem bipolar que colocava dois modelos ideológicos em oposição, não foram poupados esforços no sentido de se “conquistar corações e mentes” – noção que surge com a doutrina de pacificação do general francês Hubert Lyautey no final do século XIX⁴, mas que foi uma estratégia amplamente utilizada pelos Estados Unidos durante a Guerra Fria. Durante esse período de alta tensão e em que o risco de uma aniquilação mútua obrigava as duas potências globais a buscar a vitória por outros meios, esse diálogo entre os públicos de diferentes países passa a assumir uma relevância tão grande quanto ou ainda maior do que o mero uso da força, seja ela militar ou econômica (MARK, 2008).

Embora ela seja proveniente desse contexto e tenha a sua origem bastante atrelada à propaganda de guerra realizada no século passado, a diplomacia pública passa a se apresentar como uma alternativa à diplomacia tradicional, concentrando-se no “fluxo transnacional de informações e de ideias”⁵, engajando também

⁴PASCAL, Venier. *Lyautey et l'idée de protectorat de 1894 à 1902 : Genèse d'une doctrine coloniale*. In: *Revue française d'histoire d'outre-mer*, tomo 78, n°293, 4º trimestre de 1991, pág. 499-517.

⁵ <http://fletcher.tufts.edu/murrow/diplomacy>> Acesso em 20/03/2015.

indivíduos e organizações não-governamentais, e chega inclusive a representar opiniões e comportamentos que diferem da linha governamental oficial.⁶

Como ressalta Miorando,

“Essas diferenças, porém, não constituem uma oposição, mas uma complementaridade. A diplomacia pública prepara o terreno para atos diplomáticos tradicionais: quando um governo propõe a outro ações e estratégias, a opinião pública e as elites deste já terão informação a respeito, e vários atores poderão aceitar tais iniciativas. Para a promoção e coordenação da diplomacia pública, por sua vez, é fundamental a existência da infraestrutura diplomática tradicional, ou seja, de uma embaixada que conte com diplomatas devidamente credenciados.” (MIORANDO, p.33)

A diplomacia cultural por muito tempo esteve mais estreitamente relacionada à prática de estabelecimento de acordos culturais e foi historicamente tida como apenas tenuemente conectada à diplomacia pública e à intenção de se dirigir a públicos externos. A negociação e a assinatura de acordos formais continuam sendo um aspecto importante da práxis da diplomacia cultural, deixando, entretanto, de pertencer ao cerne da dinâmica da matéria.

Simon Mark, ao lidar com a ambiguidade existente entre diplomacia cultural e diplomacia pública, demonstra que parte da bibliografia especializada enfatiza a distinção entre as duas por meio do recorte de tempo em que elas são desenvolvidas. A diplomacia cultural, dessa forma, corresponde a um tipo de diplomacia pública que se dedica à construção de relações duradouras, sob a perspectiva de um investimento a longo prazo. Os objetivos da diplomacia cultural teriam, segundo essa visão, necessidades que ultrapassam os propósitos de uma dada manobra de política externa de um governo em particular, vindo, portanto, a conceber a elaboração de uma imagem duradoura que seja percebida com admiração, confiança e respeitabilidade pelos seus pares. A finalidade última dessas iniciativas de diplomacia cultural é criar um clima que seja propício à consecução de interesses econômicos, comerciais e os relacionados ao desenvolvimento, promover a interculturalidade do diálogo e o conhecimento recíproco, permitindo o estabelecimento de relações de confiança e de reciprocidade (PODESTÁ, 2008).

As definições bastante flexíveis de diplomacia cultural e as fronteiras consideravelmente opacas da diplomacia pública tornam a tarefa de se traçar uma

⁶ http://pdaa.publicdiplomacy.org/?page_id=6> Acesso em 15/05/2015.

distinção entre as duas duplamente complexa e elusiva. Mark Leonard, Catherine Stead e Conrad Snewing abordam essa questão na obra *Public Diplomacy*⁷ publicada pelo *Foreign Office Centre*, considerada pelo governo britânico uma obra seminal e norteadora na matéria. Essa obra situa a diplomacia cultural como uma das três categorias ou dimensões em que se subdivide a diplomacia pública. Essa divisão se dá pelo princípio da escala de tempo na qual perdura a relação experimentada. Resumidamente, a primeira categoria corresponde à gestão de informações, ou, mais precisamente, ao gerenciamento de notícias, refletindo a necessidade de dotar o estado de um aparato comunicacional que responda às necessidades diárias e rotineiras de diálogo com diferentes públicos e que também esteja em sintonia com as orientações da diplomacia tradicional. As iniciativas nessa primeira ordem ocorrem em um marco temporal de algumas horas ou dias. A segunda categoria é expressa pelas comunicações estratégicas que são desenvolvidas a médio prazo. A intenção desse tipo de comunicação é provocar os canais de comunicação com ações pontuais e realização de eventos que deem maior visibilidade às condutas e à imagem do país. Trabalhadas ao longo de alguns meses, ela é desenhada para instigar a opinião pública dos países alvos. Por fim, a terceira categoria, a que pertence a diplomacia cultural. Ela se concentra no desenvolvimento de relações de longo prazo, sendo levada a cabo ao longo de anos e priorizando o estabelecimento de laços de caráter qualitativo, enaltecendo vínculos duradouros com indivíduos-chave por meio de treinamentos, seminários, intercâmbios acadêmicos e *networking*. A diplomacia cultural, nesta versão, preocupa-se com o fomento de iniciativas que inspirem o conhecimento mútuo entre os povos através de pontes socioculturais (LEONARD *et al.*, 2002).

A diferenciação entre diplomacia pública e diplomacia cultural a partir do tipo de audiência que cada uma busca atingir é outro ponto de conflito junto à literatura da área. Mark chama a atenção para o fato de que também aqui essa distinção depende em grande parte da definição de diplomacia pública que se emprega. Alguns autores utilizam-se de uma significação do termo que inclui tanto os oficiais de um governo estrangeiro (audiências costumeiras da diplomacia tradicional) quanto o público. Por outro lado, há publicações que trabalham com um modelo de diplomacia pública que exclui do escopo de atuação as audiências oficiais de

⁷ Disponível em <http://fpc.org.uk/fsblob/35.pdf>> Acesso em 13/05/2015.

governos estrangeiros – enfim, os membros clássicos da diplomacia tradicional –, personificadas pelos diplomatas e políticos do governo (Mark, 2008), tal como exposto por Hans Tuch⁸. Diferentemente, os membros oficiais do governo seguem a fazer parte da parcela mais importante da audiência da diplomacia cultural.

Embora a delimitação conceitual trabalhada ao longo desse capítulo apresente as muitas áreas de intersecção entre a diplomacia cultural e a diplomacia pública e a primeira seja encarada como uma subcategorização da segunda para os propósitos desse trabalho, os termos não são, como já vimos aqui, plenamente equivalentes. A diplomacia pública pode ser vista como uma área de atuação mais ampla do que a diplomacia cultural, na medida em que a diplomacia pública desenvolve atividades típicas das relações públicas e da atividade midiática governamental destinada a públicos estrangeiros. Há aspectos da diplomacia pública que não envolvem a cultura de determinado país e por isso não se encaixam na conceitualização de diplomacia cultural, tal como o trabalho realizado para explicar a públicos estrangeiros o comportamento ou a postura de dada política externa.

No dizer de Mark:

Visto que a diplomacia cultural envolve o uso da cultura de um estado para atingir os seus objetivos, ela está muito mais implicada do que a diplomacia pública na identidade nacional. Assim, enquanto a diplomacia cultural é concebida como um subtipo da diplomacia pública, ela não é simplesmente diplomacia pública com outro nome (MARK) (tradução nossa).⁹

A conceitualização de diplomacia pública sofreu incontáveis modificações ao longo das décadas, obrigando-se a uma reestruturação e a uma reflexão quanto a sua posição junto à “Nova Ordem Mundial” quando terminada a Guerra Fria. A revolução tecnológica, a globalização cultural, a expansão da democracia e a maior abertura dos mercados são apontadas como catalisadoras de mudanças estruturais no sistema internacional, fazendo evoluir um senso de opinião pública global. O contexto global que emerge das novas condições político-diplomáticas exigem uma reformulação dos princípios da diplomacia pública, abrindo espaço para a

⁸ Ver em MELISSEN, Jan. *The new public diplomacy: soft power in international relations*. New York: Palgrave Macmillan, 2005, pág.12-13.

⁹ No original: *Because cultural diplomacy involves the use of a state’s culture to achieve its objectives, it is much more implicated than public diplomacy in national identity. Hence whilst cultural diplomacy is conceived as being a subset of public diplomacy, it is not simply public diplomacy by another name.*

ascendência da nova diplomacia pública (NDP) (NOYA, 2007). Observada a tendência da diplomacia pública tradicional de lidar com desafios de comunicação com abordagens de curto prazo, a NDP se constrói sobre uma ênfase na percepção de que a mensagem perde credibilidade se ela não for acompanhada de ações que lhe deem suporte. Para maximizar a efetividade da diplomacia pública, é imprescindível que a estratégia de comunicação de sua política exterior seja condizente com a sua narrativa.¹⁰

O holandês Jan Melissen, do Instituto Holandês de Relações Internacionais Clingendael, destaca que a nova diplomacia pública não é promovida apenas pelos governos ou como uma atividade unicamente estadocêntrica, mas por todos os envolvidos na produção cultural, sejam eles integrantes supranacionais ou membros da sociedade civil, e cuja produção termina por ser catalisada no sentido de exercer uma influência psicológica ou intelectual sobre os públicos estrangeiros. Dessa forma, alguns autores apontam que a mudança de paradigma no modelo de comunicação exterior sugerida pela preeminência da NDP fixa a diplomacia cultural como uma subcategorização da diplomacia pública, circunscrevendo-a à coordenação das atividades de promoção da cultura nacional no exterior por parte do governo, ao passo que a diplomacia pública possuiria um escopo e área de atuação muito mais amplos (MELISSEN, 2005).

Isto é, uma nova abordagem para a diplomacia pública é forjada mediante o esforço de se digerir e de se ajustar aos desafios impostos pelo novo entorno diplomático. A NDP se alicerça sobre os princípios do respeito mútuo, do diálogo, de cooperação bilateral e do estabelecimento de laços de confiança entre os atores em uma projeção temporal de longo prazo (NOYA, 2007). Esta “releitura” da diplomacia pública assemelha-se, desse modo, às linhas gerais da diplomacia cultural. A inovação trazida à tona pelo aparecimento da NDP sinaliza a compreensão de que a diplomacia pública nos moldes do século XX é inadequada para reagir às novas disposições estruturais das relações internacionais.

A própria ascensão da diplomacia cultural e da diplomacia pública espelha o remodelamento dos padrões comunicacionais e da maneira como ocorre essa interação entre as partes: de “poucos para poucos” – o que caracteriza a diplomacia

¹⁰ Matthew Walin. *The New Public Diplomacy Imperative. America's Vital Need to Communicate Strategically*. Disponível em: <https://americansecurityproject.org/ASP%20Reports/Ref%200071%20-%20The%20New%20Public%20Diplomacy%20Imperative.pdf>>

tradicional – para “poucos para muitos”, desenvolvendo-se, por fim, em um novo paradigma do modelo de comunicação na forma de interações de “muitos para muitos”, em que a mediação ou intervenção formal passa a ser muito mais difícil. A reestruturação das instituições de diplomacia cultural constitui um fator da maior importância para que se consiga responder efetivamente a esse novo contexto¹¹.

Simon Mark frisa que a diplomacia cultural atravessa, portanto, uma transição na natureza própria de suas interações, visto que tradicionalmente esse ramo da diplomacia tendia a se expressar tão-somente por meio da “alta cultura”: música, literatura, dança, teatro e artes visuais. Recentemente, a cultura popular passou a ser o principal elemento da diplomacia cultural, objetivando o alcance de uma audiência muito maior. Nessa visão, diplomacia cultural atua em estreita cooperação com diplomacia educacional, fundamentada em uma série de atividades de cooperação e promoção educacional entre dois países. As ações envolvem desde programas de intercâmbio, a organização de seminários, conferências e exposições, a abertura e manutenção de bibliotecas, a publicação e disseminação de jornais, revistas e periódicos, a celebração de festivais até programas de ensino da língua. Esta última, no entanto, caracteriza-se por estar entre os investimentos mais longos e custosos desse rol de ações empreendidas e, simultaneamente, situa-se inegavelmente entre os mais significativos instrumentos de construção de diálogo e conhecimento recíproco.

Com base nas concepções expostas aqui compreendemos que a diplomacia cultural denota a ação diplomática praticada pelo Estado, por meio de seus agentes ou de colaboradores não estatais (LESSA, 2012), que envolve uma ampla gama de manifestações da cultura e projetos que andam lado a lado com incentivos educacionais nos países-alvo. Este estudo baseia-se justamente sobre essa conexão sinérgica entre diplomacia cultural e promoção educacional. Esses dois elementos podem ser operacionalizados em consonância e orientados a um público externo amplo (membros do governo estrangeiro ou não) com o desígnio de garantir a “consecução de objetivos políticos, comerciais, econômicos e quaisquer outros a que a política externa de um país se proponha” (Ribeiro, 1989). Os programas de ensino da língua, e a exposição cultural que eles ensejam, são experimentados, então, como uma porta de diálogo com as audiências externas.

¹¹ Bound, K.; Briggs, R.; Holden, J.; Jones, S.; *Cultural Diplomacy*. Londres: Demos, 2007. Disponível em: <http://www.demos.co.uk/files/Cultural%20diplomacy%20-%20web.pdf>

Apresentamos aqui um breve relato acerca da evolução conceitual de diplomacia cultural que nos permite visualizar a estruturação terminológica e a denominação semântica em que os acadêmicos de política externa situam as distintas atividades e práticas habitualmente associadas à diplomacia cultural. O emprego desses elementos culturais com o propósito de aprofundar a penetração dos resultados da diplomacia cultural torna relevante a análise do funcionamento e da pertinência dessa instrumentalização de fatores culturais. É com este pano de fundo que se pretende investigar a promoção da língua neste trabalho. Nesse aspecto, as visões dos autores compilados neste capítulo são empregadas aqui apenas como ferramentas conceituais que procuram elucidar o ponto de vista sob a qual é examinada a atividade de promoção da língua. Realizada essa breve ilustração, a análise discursiva passará a explanar a respeito das iniciativas de promoção da língua como um dos braços operacionais da diplomacia cultural.

2. DIPLOMACIA CULTURAL E A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA LÍNGUA

O presente capítulo pretende analisar mais de perto alguns dos aspectos da diplomacia cultural. Como vimos brevemente, a diplomacia cultural se engaja na formulação, orientação, direção e financiamento de um extenso rol de atividades distintas e, tal como assinalado, ela se vale não apenas da máquina estatal, mas também de agentes colaboradores desta. O que nos propomos nesta seção é, portanto, reflexionar sobre a importância dada à estratégia de divulgação da língua e das instituições responsáveis pela sua operacionalização dentro do contexto da diplomacia cultural.

Há uma expansão considerável das iniciativas de diplomacia cultural nos últimos anos. Ao redor do mundo, surgem centros culturais, exposições e eventos de todo tipo ligados às mais diversas nacionalidades e orientados para a promoção do diálogo intercultural. Essas iniciativas têm sido acompanhadas – energicamente em alguns poucos países e timidamente na maioria – de ações em um campo relativamente novo, se comparado à diplomacia tradicional: a promoção da língua oficial de um país junto à comunidade internacional por meio do Estado – ou com o auxílio deste.

É interessante observar que um dos fatores mais relevantes a levar os governos de vários países a promover o ensino da língua se dá pelo mesmo motivo que compele esses países a adotar políticas para garantir o aprendizado de línguas estrangeiras dentro de suas próprias instituições de ensino. Esse interesse pode ser visto como parte de um esforço mais amplo de fazer valer os seus objetivos de política externa de colocar-se em uma posição central como ator protagonista nas relações internacionais.

Para os acadêmicos e profissionais das relações internacionais, este debate também é importante por estar inserido dentro de uma mecânica muito particular do mundo contemporâneo: o multilinguismo e a geopolítica das línguas.

A promoção da diversidade linguística e do multilinguismo é reconhecida pela UNESCO como uma importante estratégia para o planeta. As línguas possuem implicações complexas sobre questões de desenvolvimento, educação, integração social, comunicação e identidade. Existe, assim, uma crescente percepção de que a língua desempenha um papel fundamental para os avanços no desenvolvimento socioeconômico, afetando a educação e o fortalecimento da cooperação

internacional, garantindo o diálogo intercultural, a preservação da diversidade cultural e construindo sociedades mais inclusivas. Estima-se que exista um número superior a 6.800 línguas ao redor do mundo¹². Ainda que exista mais de 20 países com mais de uma língua oficial (a África do Sul tem 11 línguas oficiais e a Índia, 19), a maior parte dos países são Estados oficialmente monolíngues, utilizando apenas uma língua no quadro de suas atividades legais – embora muitos desses países sejam constituídos de sociedades multilíngues.¹³

Tradicionalmente, os Estados que se engajam na prática de promoção da língua internacionalmente tendem a tratar apenas da promoção de sua língua oficial. Isso não tem impedido, contudo, que os institutos e escolas de línguas que tenham laços com o Estado de origem trabalhem, simultaneamente, com uma iniciação junto aos públicos estrangeiros sobre as variedades linguísticas e dialetos próprios de certas regiões de seu país.

Os efeitos da globalização econômica, a revolução tecnológica – implicando no encurtamento das distâncias e no crescimento do fluxo global de informações –, a projeção desses países como líderes regionais e globais e o multiculturalismo como um fenômeno em ascendência são alguns dos fatores que têm catapultado a demanda pelo ensino da língua desses países.

A atividade da promoção da língua oficial pelo Estado – como uma das ferramentas disponíveis em um conjunto de atividades classificadas como pertencentes às variadas opções da diplomacia cultural – propicia um diálogo com a área da sociolinguística, mais especificamente com a política linguística, às vezes conhecida como planejamento linguístico. Para entender como ocorre essa dinâmica – e como a diplomacia cultural pode auferir ganhos por meio da “exportação” da língua –, cabe inicialmente ver de perto alguns conceitos fundamentais da política linguística que nortearam este capítulo para que possamos, em seguida, refletir sobre a inter-relação entre política linguística e política externa.

2. 1 POLÍTICA E PLANIFICAÇÃO LINGUÍSTICA

O planejamento e a implementação de políticas de língua a partir de Estados indicam uma valorização da língua como elemento fomentador da integração e do

¹² BROWN, Keith; OGILVIE, Sarah. **Concise Encyclopedia of Languages of the World**. Oxford: Elsevier, 2009, pág. xvii.

¹³ Ver em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001297/129728e.pdf>

diálogo intercultural. O conceito de política linguística é relativamente novo dentro da política educacional e, até pouco tempo, a política linguística recebia pouca atenção na área. O surgimento da política linguística como estudo científico se dá na segunda metade do século XX, em um momento que antigas colônias africanas e asiáticas avançavam o seu processo de independência. Objetivando responder às modificações no sistema político e às alterações dos estatutos das línguas afetadas, fez-se premente desenvolver políticas que tomassem em consideração as realidades linguísticas das ex-colônias e de suas relações com a língua europeia. Esse novo contexto, então, permite o impulso inicial para o surgimento da política linguística.

Os conceitos de política e planejamento linguístico expostos por Jean-Louis Calvet foram da seguinte maneira esquematizados por Leandro Diniz: Política linguística refere-se “à determinação das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade” (CALVET, 2007 *apud* DINIZ, 2012) e seria “um conjunto de escolhas conscientes referentes às relações entre língua(s) e vida social” (CALVET, 2002 *apud* DINIZ, 2012). Planejamento linguístico, no entanto, denota a “implementação prática de uma política linguística, em suma, a passagem ao ato” (loc.cit.). Para Diniz, os dois conceitos são inseparáveis, sendo que unicamente o Estado disporia dos meios para implementar as suas escolhas políticas (DINIZ, 2012).

Gilvan Oliveira apresenta a seguinte esquematização, elaborada a partir do linguista norte-americano Einar Haugen (1966):

Política linguística é o conjunto de decisões que um grupo de poder, sobretudo um Estado (mas também uma Igreja ou outros tipos de instituições de poder menos totalizantes), toma sobre o lugar e a forma das línguas na sociedade, e a implementação destas decisões.

Planificação linguística são propostas para modificar a realidade linguística – do status de uma língua em relação à outra, ou de aspectos da sua forma – e se referem ao futuro da relação entre as línguas. Um processo de planificação linguística posta em marcha passa a ser uma política linguística (OLIVEIRA, 2004, p. 38).

Essa confusão semântica não é exclusividade da língua portuguesa. Peter Nelde mostra que a atual discussão realizada pela academia de diversos países europeus compartilha da mesma dificuldade terminológica, apresentando diferentes

entendimentos para *language planning*, *language politics*, *language policy*, *planification linguistique* e *aménagement linguistique*, *Sprachplanung* e *Sprachpolitik* (NELDE, 2007). Esse ecletismo conceitual que permeia a matéria tem imposto um entrave significativo para o debate a nível internacional. Nosso estudo utiliza-se do termo política linguística por entender que uma atitude destinada a provocar uma alteração no status da língua inescapavelmente afeta também o plano da vida social.

Tal como salientado por Calvet, a gestão do plurilinguismo¹⁴ se dá de duas maneiras: uma proveniente das práticas sociais e a outra deriva da intervenção sobre essas práticas. A primeira corresponderia à **gestão in vivo**, em que as evoluções e soluções decorrentes dos problemas de comunicação independem de decretos ou leis oficiais. É o caso dos pidgins¹⁵, por exemplo. A segunda maneira aborda a **gestão in vitro**, em que linguistas estudam os contornos e projeções de uma língua, levantando propostas para a solução de problemas que serão, em um segundo momento, consideradas e implementadas ou não por políticos.

Calvet ainda apresenta dois modelos de intervenção sobre a língua que se baseiam sobre o **corpus** ou sobre o **status**. O planejamento do *corpus* denota a ingerência sobre a forma da língua (como tentativas de padronização da língua, por exemplo). Os esforços de implementação do Acordo Ortográfico junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) representa um caso de planejamento de *corpus*, que visa aumentar as taxas de literacia, incentivar as possibilidades de intercâmbio cultural e expandir o mercado editorial de materiais produzidos em português. O planejamento do *status*, por outro lado, fundamenta-se sobre as intervenções que buscam alterar a função social da língua no contexto multilíngue, levando-se em consideração a posição relativa de determinada língua comparativamente a outras no concernente a prestígio, *status* e difusão. Exemplo de

¹⁴ O Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas interpreta plurilinguismo e multilinguismo de maneira diversa. O multilinguismo seria nada mais do que o conhecimento de várias línguas e a coexistência de línguas distintas em uma dada sociedade. Pode-se alcançar o multilinguismo simplesmente aumentando a oferta de línguas estrangeiras no sistema educacional ou estimulando o aprendizado de línguas. O plurilinguismo, contudo, enfatiza o fato de que à medida que a experiência com línguas de um indivíduo se expande em seu contexto cultural, essa pessoa constrói uma competência comunicativa para a qual todo o conhecimento e experiência com línguas contribui e na qual elas se inter-relacionam e interagem entre si. Ver em http://www.coe.int/t/dg4/linguistic/Source/Framework_FR.pdf

¹⁵ O **pidgin**, ou **língua pidgin**, é uma versão simplificada da língua que surge como veículo de comunicação entre dois ou mais grupos que não tem uma língua em comum. O pidgin não é a língua-mãe de nenhuma comunidade e o seu desenvolvimento se dá de forma espontânea.

planejamento de *status* são as políticas de promoção da língua no cenário internacional ou estabelecer um equilíbrio entre línguas distintas.

Calvet ainda aponta que quando um Estado ou organismo supranacional faz uso das leis para intervir sobre a língua, estas podem versar sobre a forma, o uso ou a defesa de uma língua. Neste último caso, as leis tratam de proteger deliberadamente uma língua da influência estrangeira ou de uma língua dominante, como as múltiplas iniciativas ao redor do mundo que buscam proteger legalmente as línguas minoritárias¹⁶.

É importante mencionar, também, que a política linguística está bastante condicionada ao *ambiente linguístico*, configurado pela exposição e a participação de dada língua no cotidiano de uma sociedade, nos veículos midiáticos e no entorno político-econômico que acabam por atingir a presença simbólica da língua (CARVALHO, 2012).

Foram introduzidos nesta seção alguns dos eixos teórico-conceituais que julgamos relevantes e que alicerçam a análise seguinte que discorre acerca das políticas de promoção internacional da língua levadas a cabo pelos Estados Nacionais.

2.2 POLÍTICA LINGUÍSTICA EXTERIOR

Analisando a produção nacional que se dedica a investigar a concepção e execução de programas de promoção da língua, cabe aqui destacar o trabalho de Leandro Diniz (2012), da Universidade Federal de Santa Catarina. Diniz tem realizado um notável empenho acadêmico quanto à teorização e ao reconhecimento das iniciativas de difusão da língua como matéria científica no Brasil. Ele apresenta o conceito de política linguística exterior, elaborando em torno de suas problemáticas e lançando luz sobre as circunstâncias dos programas de difusão da língua portuguesa brasileira.

¹⁶ Um dos maiores exemplos de proteção legal às línguas minoritárias é a Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias adotada em 1992 no âmbito do Conselho da Europa, cujos princípios tem orientado a implantação de medidas similares também pelos Estados.

Dentro de sua análise, Diniz retoma algumas das considerações trazidas pelo trabalho pioneiro de Lia Varela (2006)¹⁷. Ao se debruçar sobre a política linguística exterior francesa, Varela postula:

Como o objeto das decisões e das ações que nos interessa é linguageiro, e como o campo de intervenção é exterior ao território nacional, esse tipo de projetos poderá ser considerado como parte de uma política linguística exterior [tradução nossa].¹⁸

De acordo com Varela, a difusão das línguas de forma deliberada por meio de mecanismos institucionais encarregados de sua gestão é relativamente recente, tendo surgido no início do século XX. Na atualidade, continuam sendo poucos os países dotados dessas instituições, sendo que elas se dedicam essencialmente à difusão da sua língua oficial, aquela considerada como representativa da personalidade nacional.

A política linguística exterior, ressalta Varela, surge essencialmente de países colonialistas. Esses países, por meio de sua experiência imperialista no decorrer de décadas, acabaram por desenvolver competências na gestão de questões educativas e no gerenciamento de atritos e dificuldades de origem comunicacional junto a comunidades que não utilizavam a língua oficial da metrópole. Esses conhecimentos permitiram uma evolução das concepções de difusão da língua metropolitana. Essa mentalidade desejava aumentar a visibilidade da língua nacional – especialmente no território colonizado e nas áreas de contato do império –, bem como veio a despertar o interesse do poder público para o potencial geopolítico das línguas. (VARELA, 2006 *apud* DINIZ, 2012). As ambições de expansão territorial da língua, concebidas em circunstâncias históricas que destacavam a primazia dos interesses imperialistas, sofreram mutações e reformulações ao atravessar períodos de diferentes correntes do pensamento, vindo posteriormente a agregar em seu pacote ideológico nuances próprias de convicções liberais de promoção do diálogo e

¹⁷ VARELA, Lia. *La politique linguistique extérieure de la France et ses effets en Argentine: contribution à une théorie de la politique linguistique*. Paris, 2006

¹⁸ No original: “Puisque l’objet des décisions et des actions qui nous intéresse est langagier, et que le champ d’intervention est extérieur au territoire national, ce genre de projets pourra être considéré comme relevant d’une politique linguistique extérieure.”

do conhecimento mútuo, bem como influências realistas que concedem maior peso ao choque de línguas e à necessidade de defesa do espaço linguístico.

Nem todo país imperialista, porém, terminou por desenvolver semelhante aparato institucional. Esse é o caso da Bélgica e dos Países Baixos, por exemplo. Uma das razões fundamentais repousaria no fato de que o histórico do processo de unificação desses Estados não requereu por parte da língua uma atuação decisiva na sua constituição, tal como foi o caso dos países da Europa Ocidental (VARELA, 2006 *apud* DINIZ, 2012).

Dessa forma, Varela sistematiza as características comuns de países que vieram a implementar políticas linguísticas de difusão da língua:

- a) identificação histórica entre língua e nação;
- b) difusão da língua no exterior em algum momento do passado;
- c) a língua possui um registro padrão escrito;
- d) já teve função veicular internacional no passado e
- e) sua implementação dispõe de plenos meios intelectuais e materiais.

O Reino Unido, a Espanha, Portugal, a Itália e o Japão compartilham dessas condições e passaram, de fato, a promover políticas linguísticas exteriores a partir da segunda metade do século XX. No entanto, terminada a Guerra Fria, o novo arranjo da política internacional impulsionou novos países a adotar uma política de projeção internacional da língua, tais como Áustria, Brasil, Venezuela, México e Argentina (DINIZ, 2012).

Varela aponta, em uma conclusão relevante para nossa análise, que os programas de difusão internacional da língua são concebidos como um “investimento a longo prazo”, indicando que o estabelecimento de metas e a mensuração de seus resultados reivindica critérios de análise multidisciplinares. O número de falantes e o alcance geográfico de determinada língua são frequentemente definitivos na elaboração de política linguística exterior. A questão geopolítica é central no debate da política linguística exterior, manifestando rivalidades e atritos que têm lugar em outras dimensões e que transbordam para a dimensão linguística.

Varela ainda aponta para a distinção nas orientações da política linguística exterior posta em execução nas colônias ou em Estados soberanos. Nas colônias ou

ex-colônias, a relação desigual entre a metrópole e a comunidade local é transmitida sobre o campo linguístico de modo a refletir a hegemonia de uma língua sobre a outra, em que a metrópole objetiva plantar a sua língua com o estatuto de língua oficial na colônia.

A autora resume da seguinte maneira os principais aspectos da política linguística exterior, citando-a textualmente:

[...] a PLE é um conjunto de ações que tem por objetivo a(s) língua(s) (seu corpus, seu status, sua aquisição) de uma entidade política autônoma, racionalmente organizada e orientada para objetivos estabelecidos no quadro da política exterior adotada por essa mesma unidade. Trata-se, portanto, de um instrumento da política exterior de uma entidade suscetível de tê-la (um Estado, um governo, uma entidade supraestatal, tal como uma organização regional ou internacional), que é “posto em serviço” quando se encontram reunidas as condições (notadamente sociolinguísticas [...]) que permitam atribuir chances de sucesso às ações a ser realizadas em relação aos objetivos políticos buscados. Assim, **o conceito de política linguística exterior não é autônomo: uma política linguística exterior não encontra sua coerência em si própria, mas em um nível superior, o da política exterior (e, de maneira mais geral, estatal) da qual depende.** Os “sentidos” das ações, como a própria existência de uma política exterior, são dados por uma instância externa, a política exterior. Porém, as escolhas operadas a esse nível são feitas a partir de considerações que levam em conta propriedades, o funcionamento e as potencialidades das línguas, que serão, em seguida, organizadas a fim de adaptá-las aos papéis e aos objetivos ao serviço dos quais serão posicionadas” (tradução e negrito nossos) (VARELA, 2006 *apud* DINIZ, 2012, pág. 35-36)¹⁹.

Varela afirma, portanto, e Diniz corrobora em seu texto, que a política linguística exterior como prática não goza de uma condição de autonomia, achando-se dependente de uma dimensão superior e estranha à linguística em si, isto é, a

¹⁹ No original: [...] la PLE [politique linguistique extérieure] est un ensemble d’actions ayant pour objet la/les langue(s) (leur corpus, leur statut, leur acquisition) d’une entité politique autonome, rationnellement organisé et orienté vers les objectifs fixés dans le cadre de la politique extérieure adoptée par cette même entité. Il s’agit donc d’un instrument de la politique extérieure d’une entité susceptible d’en avoir une (un État, un gouvernement, une entité supra-étatique telle qu’une organisation régionale ou internationale), qui est « mis en service » lorsque se trouvent réunies les conditions (notamment sociolinguistiques [...]) permettant d’attribuer des chances de succès aux actions à entreprendre par rapport aux buts politiques recherchés. Ainsi, le concept de politique linguistique extérieure n’est-il pas autonome : une PLE ne trouve pas sa cohérence en elle-même, mais à un niveau supérieur, celui de la politique extérieure (et plus largement, étatique) dont elle dépend. Les « sens » des actions, comme l’existence même d’une PLE, sont donnés par une instance extérieure, la politique étrangère. Mais les choix opérés à ce niveau sont faits à partir de considérations qui tiennent compte des propriétés, du fonctionnement et des potentialités des langues, qui seront ensuite aménagées afin de les adapter aux rôles et aux objectifs au service desquels elles seront placées.

política externa. Esse aporte é de considerável relevância para o desenrolar do nosso estudo.

No próximo capítulo, vamos investigar resumidamente as ações desenvolvidas pelo governo brasileiro que tenham em vista incentivar o ensino da vertente brasileira de língua portuguesa. Destaca-se, nesse sentido, a atuação da Divisão de Promoção da Língua Portuguesa pertencente ao Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores.

3 A DIFUSÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO COMO FERRAMENTA DE DIPLOMACIA CULTURAL

Este capítulo tem como tema central a promoção da Língua Portuguesa como parte de políticas públicas de divulgação cultural do Brasil no exterior.

A diplomacia cultural brasileira tem recentemente buscado promover a cultura nacional no exterior, com o objetivo de gerar maior compreensão da imagem do país e a aproximação de outros povos a partir da familiarização com a realidade do Brasil (SOUZA, 2009). No que diz respeito à promoção da Língua Portuguesa, o primeiro movimento ocorreu no campo do Ministério das Relações Exteriores, quando em 1938, durante a gestão de Oswaldo Aranha, foi criada a Divisão de Cooperação Intelectual. Órgão que dois anos mais tarde daria origem ao Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro estabelecido em Montevideu e pioneiro na propagação da cultura brasileira no exterior (SILVA, 2010).

Atualmente, através de atividades desenvolvidas pelo Departamento Cultural (unidade pertencente à Subsecretaria-Geral de Cooperação e Promoção Comercial), o MRE continua envolvido na promoção da cultura brasileira no exterior. O Departamento Cultural possui seis divisões (SOUZA, 2009):

- a) Divisão de Operações de Difusão Cultural (DODC);
- b) Divisão de Acordos e Assuntos Multilaterais (DAMC);
- c) Divisão de Temas Educacionais (DCE);
- d) Coordenação de Divulgação (DIVULG);
- e) Divisão de Promoção do Audiovisual (DAV) e
- f) Divisão de Promoção da Língua Portuguesa (DPLP).

Segundo Souza (2009), cabe à DPLP, a tarefa de promover no exterior a língua portuguesa falada no Brasil, bem como, gerenciar, orientar e coordenar atividades e projetos da Rede Brasil Cultural, composta por 24 Centros Culturais Brasileiros (CCBs), cinco Núcleos de Estudo Brasileiros (NEBs) e mais de 20 leitorados. A Rede Brasil Cultural surgiu recentemente substituindo a então Rede Brasileira de Ensino no Exterior (RBEx). Trata-se de um instrumento do MRE

presente em mais de 40 países, em todos os continentes, cujo propósito é difundir a vertente brasileira da língua portuguesa²⁰.

Figura 1. Imagem do Site da Rede Brasil Cultural do Itamaraty



* Disponível em <<http://redebrasilcultural.itamaraty.gov.br/>>. Acesso em 01/06/2015.

Vinculados às embaixadas no exterior, os CCBs difundem a cultura brasileira promovendo diversas atividades como exposições, concertos, seminários e palestras, entretanto a sua principal atividade é o ensino da vertente brasileira da língua portuguesa. Para isso, são oferecidos cursos de português em diversos módulos e com propósitos variados. O que permite a obtenção do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPE-Bras), necessário para determinadas atividades diplomáticas, jurídicas e militares em países fronteiriços²¹.

Aceito por empresas e instituições de ensino como documento comprobatório de aptidão na língua portuguesa, o CELPE-Bras é o único certificado de proficiência em português válido perante o governo brasileiro e outorgado pelo MEC. É obrigatório para estudantes de graduação e pós-graduação que pretendem estudar no Brasil, sendo oferecido tanto pelos Programas de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e de Pós-Graduação (PEC-PG), quanto pelo governo brasileiro. A prova, que é aplicada duas vezes ao ano em território nacional e no exterior (com apoio do MRE), avalia compreensão oral, a compreensão escrita, a produção oral e a produção escrita da Língua Portuguesa, e é conferido em quatro níveis:

²⁰ Disponível em:

http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=698&Itemid=215&lang=pt-BR#DIVULG. Acesso em 10/06/2015.

²¹ Disponível em: <http://redebrasilcultural.itamaraty.gov.br/menu-a-rede/menu-centros-culturais>.

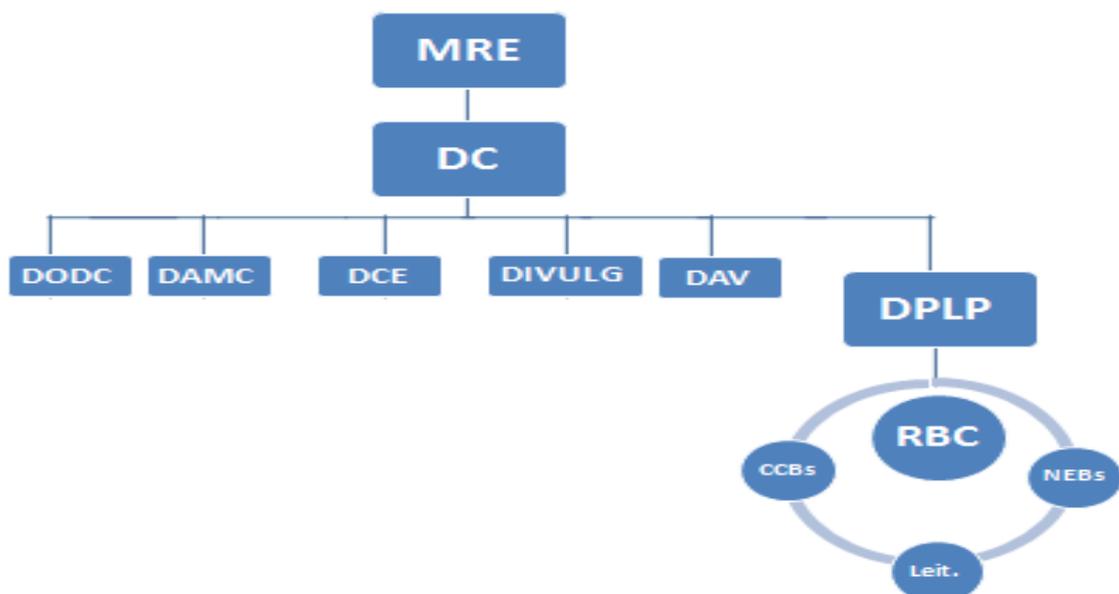
Acesso em 10/06/2015.

intermediário, intermediário superior, avançado e avançado superior. O crescente número de inscritos demonstra a popularização da língua brasileira pelo mundo²².

Com o intuito de avaliar a possibilidade de criação de futuros CCBs, e por serem mais adequados às regiões fronteiriças – onde predominam repartições consulares cuja necessidade do aprendizado de português brasileiro é intensa –, os NEBs consistem em unidades de ensino menores, situadas em embaixadas ou vice-consulados, e são complementares aos CCBs. Aqui, um professor é encarregado de oferecer cursos gratuitos de português e também promover outras atividades de promoção cultural. Graças a esse formato enxuto também foi possível difundir a língua portuguesa em locais que tradicionalmente apresentam poucos vínculos com a cultura brasileira, como por exemplo, o Paquistão²³.

Datado de 1965, o primeiro leitorado brasileiro foi criado na universidade de Toulouse, França (Silva, 2010). A partir de então, diversos leitorados brasileiros foram criados por todo mundo, totalizando em torno de 40 leitorados atualmente. Cabe aos Leitores Brasileiros ministrar aulas em português no exterior além de abordar temas relacionados às manifestações culturais brasileiras. Os Leitores Brasileiros são escolhidos por meio de concurso público promovido pela CAPES para professores universitários²⁴.

Figura 2. **Organograma da Divisão de Promoção da Língua Portuguesa.**



²² Ver em: <http://redebrasilcultural.itamaraty.gov.br/>

²³ Idem.

²⁴ Idem.

Tabela 1. Distribuição dos Centros Culturais Brasileiros e Núcleos de Estudos Brasileiros por continente.

	AMÉRICA LATINA	ÁFRICA	EUROPA	ORIENTE MÉDIO	Ásia
CCBs	13	6	3	2	0
	Argentina	África do Sul	Espanha	Israel	
	Bolívia	Angola	Finlândia	Líbano	
	Chile	Cabo Verde	Itália		
	El Salvador	Guiné-Bissau			
	Guiana	Moçambique			
	Haiti	São Tomé e Príncipe			
	México				
	Nicarágua				
	Panamá				
	Paraguai				
	Peru				
	República Dominicana				
	Suriname				
NEBs	3	2	0	0	1
	Guatemala	Guiné Equatorial			Paquistão
	Uruguai (2)				

* Dados retirados do site do Ministério das Relações Exteriores, acesso em 02/06/2015.

Tabela 2. Distribuição dos leitorados brasileiros por continente.

AMÉRICA ANGLOSAXONICA		AMÉRICA LATINA		ÁFRICA		EUROPA		ÁSIA		OCEANIA	
3		3		4		9		1		2	
Pais	Cidade	Pais	Cidade	Pais	Cidade	Pais	Cidade	Pais	Cidade	Pais	Cidade
EUA	Cambridge Los Angeles São Francisco	Argentina	Buenos Aires	África do Sul	Cidade do Cabo Pretória	Alemanha	Heidelberg	China	Xangai	Austrália	Camberra
		Chile	Santiago	Moçambique	Maputo	Dinamarca	Copenhague			Tailândia	Bangkok
		Paraguai	Assunção	São Tomé e Príncipe	São Tomé	França	Paris (2)				
						Hungria	Budapeste				
						Inglaterra	Londres				
						Itália	Bolonha				
						República Checa	Praga				
						Rússia	Moscou				

* Dados retirados do site do Ministério das Relações Exteriores, acesso em 02/06/2015.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: POLÍTICA LINGUÍSTICA EXTERNA E SOFT POWER

Este capítulo pretende se utilizar da noção, vista previamente, de política linguística exterior ao analisá-la pelo prisma de conceitos do âmbito das relações internacionais. Veremos como os programas de difusão da língua têm se tornado um campo fértil para a aplicação da política linguística exterior, perfazendo uma lógica de instrumentalização da língua a benefício de objetivos e metas de política externa, afetando, por fim, dinâmicas endógenas do sistema internacional.

A introdução pelo teórico norte-americano Joseph Nye, da Universidade de Harvard, do conceito de *soft power* determina um marco nos estudos da dimensão cultural das relações internacionais e elemento-chave para este trabalho. O termo, cunhado na obra de 1990 *Bound to Lead*, popularizou-se após a publicação de *Soft Power. The Means to Success in World Politics* em 2004. *Soft power*, às vezes traduzido como “poder brando” ou “poder suave” na literatura de língua portuguesa, surge em contraste ao *hard power*, forma clássica da análise de poder, marcada especialmente pelo poder militar e pelo manuseio das capacidades bélicas. *Soft power*, portanto, faz menção à fascinação e ao potencial de atração que um país desperta, abrindo caminhos para que outros países adotem seus valores e ideias, abracem a sua agenda e defendam os mesmos princípios gerais. Se *hard power* está associado à coação pela força como traço comportamental primordial, o *soft power* desloca o foco para uma conduta fundamentada na faculdade de atração, sedução e persuasão, em que o convencimento tenha preeminência sobre o constrangimento.

O *soft power*, segundo Nye, consiste em um meio mais adequado de atuação dos Estados de acordo com as novas mecânicas de funcionamento da “era da informação” do que o *hard power*, correspondendo a um meio de poder intangível de impressionante alcance. Esses recursos intangíveis – como as instituições, as normas, o sistema político, a cultura, a identidade, as ideias e os valores nacionais – são fontes não-quantificáveis de inspiração e admiração que atingem o amplo público bem como as elites governamentais de países estrangeiros. É o emprego desses recursos intangíveis que permitem que o Estado possa alcançar seus

objetivos sem que tenha de se utilizar do capital político e econômico despendidos em procedimentos que envolvam coação e indução.

Em linhas gerais, Nye apresenta que a coação (uso da força e sanções), a indução (recompensas materiais ou pagamentos) e a atração são três formas a partir das quais se manifesta o exercício do poder.

[...] mais especificamente, poder é a habilidade de influenciar o comportamento dos outros para atingir os resultados que se deseja. Mas há várias maneiras de afetar o comportamento dos outros. Você pode coagi-los com ameaças; você pode induzi-los com pagamentos; ou você pode atrair e cooptá-los a querer o que você quer²⁵ (NYE, 2004).

A cultura, enquanto instrumento de poder, passa a desempenhar um papel crucial e está no cerne do agregado de elementos que compõem o *soft power*. Em nossa visão, a língua pertence a esse acumulado imaterial de valores e ideias identificados por Nye como recursos intangíveis culturais de poder. Adotamos, portanto, a perspectiva de que a PLE tem o potencial de agir como um valioso instrumento de expansão e disseminação de *soft power*, passível de ser operacionalizado pelos Estados com fins de fortalecimento da permeabilidade da diplomacia cultural.

Isso porque a língua se sobressai como um dos mais evidentes fatores culturais associados a um Estado-nação. Tal como declarou Georgios Balbiniotis, linguista da Universidade de Atenas,

“Não há outra maneira, mais direta, mais substancial, não há uma maneira mais rápida de se conhecer um povo que pelo aprendizado de sua língua. A língua de um povo é a maneira como eles concebem, classificam e expressam o mundo. Cada língua nacional é outra taxonomia do mundo, outra abordagem, um total de escolhas que dão um valor distintivo a cada língua, o valor da expressão coletiva de toda uma nação. Cada língua nacional é um valor em si mesmo, que merece ser estudada e respeitada por outras nações”²⁶.

²⁵ No original: [...] *more specifically, power is the ability to influence the behavior of others to get the outcomes one wants. But there are several ways to affect the behavior of others. You can coerce them with threats; you can induce them with payments; or you can attract and co-opt them to want what you want.*

²⁶ No original: *There is no other way, more direct, more substantial, there is no shorter way to get to know a people than by learning their language. The language of a people is the way they conceive, classify and express the world. Every national language is another taxonomy of the world, another approach, a total of choices that give a distinctive value to each language, the value of the collective expression of a whole nation. Every national language is a value in itself, which deserves to be studied*

Soma-se a isso, o fato que geralmente os programas de difusão da língua tendem a contemplar uma série de atividades de divulgação da cultura e de valores nacionais. Essas atividades ocorrem paralelamente ao ensino da língua estritamente falando e são promovidas pelas próprias escolas e institutos ligados de uma forma ou outra ao poder estatal de seu país. As atividades e programas de promoção da língua e, por extensão, os centros culturais e instituições que se dedicam à tarefa de ensino da língua (como, no caso brasileiro, os Centros Culturais Brasileiros) podem ser tomados como a materialização final de um aparato institucional que parte da formulação macroscópica de objetivos e diretrizes de política externa até chegar ao seu último degrau, responsável por provocar mudanças de percepção no plano microssocial.

Muitos países já reconhecem as possibilidades potencializadas pelos programas de divulgação da língua, lançando mão desse recurso em diferentes escalas (com planejamento regional ou global), mas tendendo a se orientar por um conjunto de princípios e objetivos que encerram notáveis semelhanças. Da mesma forma, a atenção destinada à matéria cresce globalmente, despontando recentemente uma produção acadêmica que se dedica a observar as várias facetas e analisar os possíveis benefícios mensuráveis do empreendimento estatal de difusão da língua.

4.1 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Nossa análise, porém, possui limitações. Ela se baseia na premissa de que a língua é incluída dentro de um “pacote de fator cultural” que é considerado hermeticamente, e que, por extrapolação a esse modelo, o elemento língua passa a ser imediatamente detentor de manobrabilidade de *soft power*. A realidade, contudo, está configurada de maneira distinta, uma vez que fatores culturais diferentes atingem maior ou menor aceitação e assimilação junto a públicos estrangeiros.

Outra limitação do modelo é levantada pelo australiano Jeffrey Gil, que realiza uma análise do caso da República Popular da China. Recentemente, o governo chinês tornou-se uma das maiores propagadores dessa ideia, notabilizando-se pelo

and respected by the other nations. Ver em:

<http://www.babiniotis.gr/wmt/webpages/index.php?lid=2&pid=7&apprec=23>

alto investimento e pelo incentivo concedido pelo Estado a sua rede de escolas da língua oficial chinesa, o mandarim. Por meio da implantação de suas escolas do Instituto Confúcio, que apresenta mais de 1.100 espalhadas ao redor do mundo²⁷, a China tem realizado esforços deliberados com o objetivo de expandir o seu potencial de *soft power*.

Jeffrey Gil (2009) aponta para a dificuldade de determinar a natureza e a extensão da contribuição dos programas de difusão da língua para a consecução de objetivos de política externa. Gil ressalta que embora o governo chinês tenha adotado com grande entusiasmo o conceito de *soft power*, são poucos os estudos que estabelecem uma relação entre os recursos de *soft power* e a efetividade dos programas de difusão da língua. Da mesma forma, os estudos de caso que tentam mostrar uma causalidade entre essa relação são escassos ou quase inexistentes. Gil afirma que a proposição de que o *soft power* facilita o avanço da agenda de política exterior passa a ser, portanto, dependente da medida do potencial de *soft power*, devendo ser atraente em face das audiências específicas e que essa atratividade deve ter o poder de influenciar decisões políticas dos países afetados. Assim sendo, para que esses programas de difusão da língua estrangeira possuam efetividade, é imperativo que a língua difundida seja atraente aos olhos dos tomadores de decisão daquele país e que estes passem a se alinhar com os seus objetivos de política externa (seria propício, para avaliar este aspecto, que surgissem maiores levantamentos explicitando a relação causa-efeito da divulgação da língua e do potencial de *soft power*, especialmente nos países aos quais foram dedicados maior atenção pelos institutos de difusão) (GIL, 2009).

No entanto, essa necessidade de se traçar metas verificáveis com objetivos concretos a curto prazo não corresponde à noção de diplomacia cultural tal como entendemos, isto é, relações duradouras que buscam promover laços de confiança e reciprocidade. O próprio Gil reestrutura a perspectiva limitante de objetivos de curto prazo e atribui a política de difusão levada a cabo pelo governo chinês a uma visão estratégica de longo prazo. Assim, a partir das atividades exercidas pelos centros e instituições de ensino, o governo seria capaz de tecer uma rede de simpatizantes dispersos pelo mundo à medida que alunos se veem encorajados a aprender a língua em questão e, conseqüentemente, passam a mudar as suas percepções com

²⁷ Ver em: http://www.chinesecio.com/m/cio_wci

relação ao respectivo país. Os alunos entram em contato com materiais didáticos e professores do país que exercem a difusão, possibilitando, portanto, que os alunos se defrontem com as perspectivas do país difusor (GIL, 2009).

É importante ter em mente, desta maneira, a construção de uma política pública que contemple a construção de uma estratégia de longo prazo quando se discute *soft power*. Jeffrey Gil menciona os resultados perceptíveis com os estudantes que participaram de programas de intercâmbio no país e que foram levantados pelo Ministério da Educação:

[...] mais de 30 ex-alunos que estudaram na China ocupam posições ministeriais em seus países, mais de 10 serviram como embaixadores de seus países na China, 30 ocupam posições de alto nível na embaixada de seu país, 120 são professores e centenas servem em entidades culturais, econômicas e comerciais envolvidas com a China. Aqueles que estudaram na China terão maior entendimento, apreciação e abertura às visões e interesses da China na política mundial.²⁸

O caso chinês é apenas exemplificativo dos resultados e benefícios trazidos pelos programas de difusão da língua. Infelizmente não há um levantamento de informações sobre o histórico de estudantes dos projetos brasileiros. Como vimos, esses programas, quando tomados de uma perspectiva estratégica, podem conduzir a uma frutos que darão resultado a longo prazo e se constituir em elementos importantes da construção das relações internacionais dos países difusores de língua e *soft power*, muito embora os resultados não sejam tão evidentes em um curto espaço de tempo.

²⁸ No original: [...]over 30 former students who undertook studies in China have ministerial positions in their own countries, more than 10 have served as their country's ambassadors to China, 30 have high level positions in their country's embassies in China, 120 are associate professors or professors and hundreds more serve in cultural, economic and trade entities involved with China. Those who have studied in China will have a greater understanding, appreciation and openness to China's views and interests in world politics.

REFERÊNCIAS

BABINIOTIS, Georgios. **The Greek Language**: It's contribution to basic concepts of the European civilization. Disponível em: <<http://www.babiniotis.gr/wmt/webpages/index.ph-p?lid=2&pid=7&apprec=23>>. Acesso em 25/06/2015.

BOUND, Kirsten *et al.* **Cultural Diplomacy**. Londres: Demos, 2007. Disponível em: <<http://www.demos.co.uk/files/Cultural%20diplomacy%20-%20web.pdf>>. Acesso em 15/05/2015.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Diplomacia Cultural**. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=698&Itemid=215&lang=pt-BR> Acesso em 03/06/2015.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Diplomacia Pública**. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=106&Itemid=207&lang=pt-BR> Acesso em 29/05/2015.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Divisão de Promoção da Língua Portuguesa**. Disponível em: <<http://dc.itamaraty.gov.br/divisao-de-promocao-da-lingua-portuguesa-dplp-1>> Acesso em 03/06/2015.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **O Departamento Cultural**. Disponível em: <<http://dc.itamaraty.gov.br/sobre-o-departamento>> Acesso em 27/05/2015.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Rede Brasil Cultural**. Disponível em: <<http://redebrasilcultural.itamaraty.gov.br/>>. Acesso em 01/06/2015.

BRITISH COUNCIL. **Contribution to UK Soft Power**. Disponível em: <<http://www.britishcouncil.org/organisation/facts/what-the-british-council-does/contribution-uk-soft-power>> Acesso em 15/05/2015.

BROWN, Keith; OGILVIE, Sarah. **Concise Encyclopedia of Languages of the World**. Oxford: Elsevier, 2009

CARVALHO, Simone da Costa. **Políticas de Promoção Internacional da Língua Portuguesa**: ações na América Latina. *Trabalhos de Linguística Aplicada*, Campinas, n(51.2): 459-484, jul./dez. 2012.

CIANCIO, Patrisia. Instrumentos da Lusofonia e uma Política para a Língua Portuguesa. In: SUPPO, Hugo Rogelio; LESSA; Mônica Leite (Org.). **A quarta dimensão das relações internacionais**: a dimensão cultural. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012, pág. 193-210.

CONFUCIUS INSTITUTE ONLINE. **Worldwide Confucius Institutes**. Disponível em: <http://www.chinesecio.com/m/cio_wci>. Acesso em 01/06/2015.

CONSELHO DA EUROPA. **Cadre Européen Commun De Référence Pour Les Langues**: apprendre, enseigner, évaluer. Strasbourg: Unité des Politiques linguistiques, 2001. Disponível em: <http://www.coe.int/t/dg4/linguistic/Source/Framework_FR.pdf>. Acesso em: 02/06/2015.

DINIZ, Leandro Rodrigo Alves. **Política linguística do Estado brasileiro na contemporaneidade**: a institucionalização de mecanismos de promoção da língua nacional no exterior. Tese de doutorado submetida à Universidade Estadual de Campinas, 2012.

GIL, Jeffrey. China's Confucius Institute Project: Language and Soft Power in World Politics. In: **The Global Studies Journal**. Melbourne, Vol. 2, no. 1, pág. 59-72.

GIL, Jeffrey. The Promotion of Chinese Language Learning and China's Soft Power. In: **Asian Social Science**. Adelaide, 2008, Vol. 4, No. 10.

LEONARD, Mark; STEAD, Catherine; SNEWING, Conrad. **Public Diplomacy**. London: The Foreign Policy Centre, 2002. Disponível em: <http://fpc.org.uk/fsblob/35.pdf>>. Acesso em 13/05/2015.

LESSA, Mônica Leite. Cultura e Política Externa: o lugar do Brasil na cena internacional. In: SUPPO, Hugo Rogelio; LESSA; Mônica Leite (Org.). **A quarta dimensão das relações internacionais: a dimensão cultural**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012, pág. 169-192.

MACHADO, Gabriel Luiz. **A difusão cultural brasileira como instrumento de política externa: estratégias contemporâneas**. Trabalho de Conclusão submetido ao Curso de Relações Internacionais. UFRGS, 2012.

MARK, Simon. **A Comparative Study of the Cultural Diplomacy of Canada, New Zealand and India**. Tese de doutorado submetida à Universidade de Auckland, 2008.

MARK, Simon. A Greater Role for Cultural Diplomacy. In: **Discussion Papers in Diplomacy**. Netherlands Institute of International Relations 'Clingendael', 2009.

MELISSEN, Jan. **The new public diplomacy: soft power in international relations**. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

MIORANDO, Bernardo Sfredo. **Diplomacia Pública no Brasil: Estudo sobre a imagem internacional brasileira**. Trabalho de Conclusão submetido ao Curso de Relações Internacionais. UFRGS, 2010.

NELDE, Peter Hans. Maintaining Multilingualism in Europe: propositions for a European language policy. In: PAUWELS, Anne; WINTER, Joanne; BIANCO, Joseph. **Maintaining Minority Languages in Transnational Contexts**. London: Palgrave Macmillan, 2007, pág. 59-77.

NOYA, Javier. **Diplomacia Pública para el Siglo XXI: la gestión de la imagen en el exterior y la opinión pública internacional**. Barcelona: Ariel, 2007.

NYE, Joseph. **Soft power: the means to success in world politics**. New York: Public Affairs, 2004.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. Um Atlântico ampliado: o português nas políticas linguísticas do século XXI. In: **O português no século XXI: cenário político e sociolinguístico**. MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

PASCAL, Venier. Lyautey et l'idée de protectorat de 1894 à 1902 : Genèse d'une doctrine coloniale. In: **Revue française d'histoire d'outre-mer**, tomo 78, nº293, 4º trimestre de 1991, pág. 499-517.

PODESTÁ, Bruno. **Las dos caras de Jano**. Uruguai, Montevideo: CLAEH, 2008.

PUBLIC DIPLOMACY ALUMNI ASSOCIATION. **About U.S. Public Diplomacy**. Disponível em: http://pdaa.publicdiplomacy.org/?page_id=6> Acesso em 15/05/2015.

RIBEIRO, Edgard Telles. **Diplomacia Cultural: seu papel na política externa brasileira**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1989.

SANTOS, Sandro Martins de Almeida. Os Estados Unidos e a Legitimação do Inglês como Língua Internacional. In: SUPPO, Hugo Rogelio; LESSA; Mônica Leite (Org.). **A quarta dimensão das relações internacionais: a dimensão cultural**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012, pág. 241-264.

SILVA, Diego Barbosa. O Passado no Presente: história da promoção e difusão da língua portuguesa no exterior. **Cadernos do XIV Congresso Nacional de Linguística e Filologia (CNLF)**, Vol. XIV, nº. 4, t. 4, pág. 3018-34; Rio de Janeiro: CIFEFIL, agosto 2010.

SOUZA, Mariana Lima Moscardo. Políticas Públicas de Divulgação Cultural do Brasil no Exterior. **Mundo Afora**. Brasília: DIVULG, n.5, p.88-95, maio 2009.

SUPPO, Hugo Rogelio. O Papel da Dimensão Cultural nos Diferentes Paradigmas das Relações Internacionais. In: SUPPO, Hugo Rogelio; LESSA; Mônica Leite (Org.). **A quarta dimensão das relações internacionais: a dimensão cultural**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012, 13-43.

UNESCO. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. **Education in a Multilingual World**. Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001297/129728e.pdf>>. Acesso em 25/05/2015.

VARELA, Lía. **La politique linguistique extérieure de la France et ses effets en Argentine**: contribution à une théorie de la politique linguistique. Tese de doutorado submetida à École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2006.

WALIN, Matthew. **The New Public Diplomacy Imperative. America's Vital Need to Communicate Strategically**. Washington: American Security Project, 2012. Disponível em: <https://americansecurityproject.org/ASP%20Reports/Ref%200071%-20%20The%20New%20Public%20Diplomacy%20Imperative.pdf>>. Acesso em 19/05/2015.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Cultural Diplomacy: The Linchpin of Public Diplomacy**. Report of the Advisory Committee on Cultural Diplomacy. Washington: Advisory Committee On Cultural Diplomacy, 2005. Disponível em: <<http://iwp.uiowa.edu/about/CulturalDiplomacyReport.pdf>>. Acesso em: 12/05/2015.